

## SEÇÃO PONTO E CONTRAPONTO

# Por que “não” a uma EJ: O que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores?

Why “no” to a JE: What cannot be reconciled between public universities and junior enterprises?

- » Allan Kenji SEKI<sup>1</sup> (Universidade Federal de Santa Catarina)
- » Caio Ragazzi Pauli SIMÃO<sup>2</sup> (Universidade Federal de Santa Catarina)

**Resumo** Este texto de caráter teórico tem por objetivo problematizar a relação entre as empresas juniores e a universidade pública a partir do resgate do acúmulo histórico de debates realizados sobre a temática no Departamento de Psicologia e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina durante os anos de 2011 e 2013. Discutimos a adequação das empresas juniores às universidades públicas enquanto forma de organização estudantil, instrumento pedagógico e agente de extensão universitária. Questionamos dois aspectos centrais às propostas de empresas juniores: o discurso do empreendedorismo e o processo de empresariamento das instituições educacionais no Brasil. A partir de uma perspectiva crítica, situada teoricamente nos campos dos conhecimentos marxista e sócio-histórico, discutimos a função social das universidades públicas no Brasil. Ao fim da exposição, concluímos que tanto a ideologia empreendedora como a sua expressão, na forma de empresariamento da educação, são incompatíveis com uma universidade que se proponha a produzir conhecimento efetivamente crítico e a formar sujeitos capazes de pensar e atuar criticamente sobre as contradições do capitalismo e seus reflexos nas condições de trabalho e emprego em nossa sociedade. Constatamos que as empresas juniores cumprem papel fundamental em difundir uma visão de universidade subjugada aos ditames e demandas do mercado, que forma sujeitos meramente adequados a tal realidade.

Palavras-chave:

universidade, empresa júnior, capitalismo, empreendedorismo, empresariamento da educação

**Abstract** This text, a theoretical study, aims to problematize the relationship between junior enterprises and public universities, by tracing the historical accumulation of discussions on the subject in the Department of Psychology and the Center for Philosophy and Human Sciences of the Federal University of Santa Catarina, between the years 2011 and 2013. We discuss how appropriate junior enterprises are to public universities, as a form of student organization, pedagogical tool, and agent of university extension programs. We question two central aspects of junior enterprises: the discourse of entrepreneurship and the process of entrepreneurialism of educational institutions in Brazil. From a critical perspective, theoretically situated in the fields of Marxist and socio-historical knowledge, we discuss the social role of public universities in Brazil. We conclude that both the entrepreneurial ideology and its expression in the form of the entrepreneurialism of educational institutions are incompatible with a university that intends to produce critical knowledge and effectively educate individuals that are capable of thinking and acting critically upon the contradictions of capitalism and their reflections on the conditions of labor and employment in our society. On the contrary, we ascertain that junior enterprises play a critical role in spreading a vision of a university that is subjugated to the dictates and demands of the market, and that produces subjects who merely adequate themselves to this reality.

Keywords:

university, junior enterprises, capitalism, entrepreneurship, entrepreneurialism of education

1 Graduado em Psicologia (UFSC), Mestre em Educação (UFSC) e Professor Substituto do Departamento de Metodologia de Ensino (MEN/CED/UFSC). E-mail: [allan.seki@gmail.com](mailto:allan.seki@gmail.com)

2 Graduado em Psicologia (UFSC), Estudante de Mestrado em Educação (PPGE/CED/UFSC) e Servidor Técnico Administrativo em Educação (UFSC). E-mail: [caiorpsi@gmail.com](mailto:caiorpsi@gmail.com)

No dia 13 de novembro de 2013 realizava-se, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina, uma assembleia geral que reunia professores, técnicos administrativos em educação e estudantes, que decidiriam juntos se aquele centro de ensino aceitaria as empresas juniores como instrumento pedagógico em seu âmbito.

A Assembleia Geral do CFH contou com 553 pessoas credenciadas, preenchendo todo o vão central do hall de salas de aula e os três andares de corredores daquele prédio. Foi deliberado, naquela ocasião, por 329 votos a 160, a não autorização do credenciamento das empresas juniores no âmbito daquele centro de ensino, cujo voto majoritário foi: “O entendimento desta assembleia é de que as empresas juniores não são coerentes pedagogicamente com o papel da universidade pública. Portanto, a posição desta assembleia é de que não se credencie/autorize a criação de empresas juniores neste centro”. (Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC], 2013)

Aquele não foi um evento deliberativo isolado. Na realidade, ele foi o ponto culminante de um extenso processo de debates iniciado em meados de 2011 – quando a empresa júnior de psicologia teve sua proposta de criação rejeitada pelo Conselho da Unidade do CFH<sup>3</sup>.

Durante todo o processo de discussão que precedeu a assembleia, nos deparamos constantemente com um impeditivo aos debates: a tentativa de deslegitimação da discussão por meio do argumento de que o simples ato de questionamento da existência das empresas juniores no CFH configuraria uma postura autoritária e antidemocrática. Esta postura seria, aliás, característica histórica dos estudantes, pesquisadores e militantes que situam-se no campo teórico e político da esquerda marxista<sup>4</sup>.

Parece-nos espantoso e preocupante a frequência com que esse tipo de argumentação falaciosa aparece quando discutimos a questão. Primeiro, por demonstrar o quão naturalizada está a presença das empresas juniores nas universidades, a ponto de seu mero questionamento (e o que é a atitude científica, senão o constante questionamento do que já está

estabelecido?) suscitar reações bastante agressivas. Segundo, porque demonstra uma compreensão equivocada das ideias de democracia e pluralidade. Afinal:

*O problema com esse tipo de postura é que ela não debate democraticamente os fundamentos. A democracia não é a existência de posições individuais opostas, mas a possibilidade coletiva de que elas possam ser pensadas, contrapostas, pesadas, debatidas e – inclusive – de que ideias novas surjam justamente por isso. Assim, a única maneira de garantir a pluralidade é levar esse momento de debates verdadeiramente a sério. Do contrário, perdemos a democracia e a pluralidade, elas tornam-se palavras esvaziadas de seu sentido potencial. (SIMÃO e SEKI, 2013, s/p, grifo dos autores).*

Nossa posição sempre foi de diálogo em termos de quais instrumentos pedagógicos a universidade pública brasileira deve dispor, em função de qual sujeito ela deve formar. Nenhuma atividade de ensino deve ser instituída sem que exista uma ampla reflexão sobre sua compatibilidade com o tipo de organização que é a universidade pública. A partir desta perspectiva defendemos que as empresas juniores, embora possam constituir formalmente um instrumento legítimo de ensino e extensão, são incompatíveis com a instituição universitária, existindo, para as mesmas aprendizagens pretendidas, outras formas pedagógicas, estas sim compatíveis e mais adequadas às universidades públicas. Entretanto, é difícil, em um contexto de debates que mobilizam toda ordem de interesses, chamar a atenção para o papel social da instituição e não para os interesses particulares que a circundam.

Procuramos apresentar em nosso breve texto, se não todas as questões envolvidas neste debate, as essenciais: aquelas que compreendemos serem radicalmente incompatíveis e inconciliáveis entre as posições dos que são a favor e dos que são contra as empresas juniores na universidade pública.

Reconhecendo o problema na formação do psicólogo

Um mérito da proposta de empresa júnior apresentada para o curso de psicologia da UFSC é o reconhecimento de que existem lacunas na formação do psicólogo, que precisam ser enfrentadas pelo corpo docente e discente. É importante também, nesse processo, conferir maior autonomia aos estudantes, para que possam organizar seus próprios processos de integralização curricular, visando à

3 Naquela oportunidade, o parecer de vistas datado de 1 de agosto de 2011, do conselheiro Allan Kenji Seki, foi aprovado por maioria absoluta em reunião do Conselho de Unidade do CFH. O parecer sobre o processo 23080.0115001/2011-72 tornou-se de amplo conhecimento (Cf. SEKI, 2011).

4 O que pode ser encarado como mais uma expressão de macarthismo nas universidades brasileiras.

diminuição da tensão entre aquilo que se aprende em sala de aula e aquilo que o psicólogo deverá enfrentar em seu cotidiano profissional e à pluralidade real entre as diferentes áreas de atuação e campos de conhecimento psicológico (Botomé & Kubo, 2002; Botomé, 2010). Tanto o movimento<sup>5</sup> pró-empresas juniores como o contrário a elas partem deste ponto comum, embora proponham soluções distintas para o problema.

Ao identificarmos um problema, antes de formular soluções, devemos verificar o contexto no qual estamos propondo novos recursos político-pedagógicos. Do contrário, como infelizmente ocorre ainda em muitas atuações do psicólogo, nossas intervenções profissionais serão propostas com base em toda ordem de preconceitos e noções de senso comum sobre as instituições nas quais atuamos. Quando se trata de uma instituição pública, como as universidades federais, cujo papel é sistematizar, organizar e produzir conhecimento para torná-lo acessível à maioria da população brasileira (Leher, 2004, Pinto, 1986) as repercussões podem ser dramáticas. Assim:

*(...) o que se deve fundamentalmente questionar no projeto [da empresa júnior de psicologia] é a ausência de uma reflexão à altura da complexidade da problemática apresentada. Na apreciação das peças que instruem este processo, tem-se a ideia de que o que ocorre de fato é o inverso: que primeiro decidiu-se pela criação de uma Empresa Júnior e, em um momento posterior a essa decisão, passou-se a buscar os argumentos para sustentá-la.*

*Isto nada tem a ver com uma atitude científica e menos ainda com as virtudes da administração pública federal, em particular a relação com os princípios de proporcionalidade e razoabilidade. Isto é, a administração pública, no exercício de sua discricionariedade, deve deliberar com base em critérios racionais, considerando, entre todas as alternativas, aquela que causa a menor desvantagem possível à sociedade e ao cidadão. Sendo assim, existindo possibilidade de ação discricionária entre diferentes alternativas, a administração pública tem por obrigação constitucional escolher a menos onerosa, menos restritiva e mais vantajosa para conjunto da sociedade. (Seki, 2011, p. 3)*

O reconhecimento do problema a ser enfrentado na formação das novas gerações de psicólogos e nos

meios que devem ser utilizados para este fim têm sido amplamente debatidos pelos intelectuais da área (Yamamoto & Costa, 2010). O que questionamos aqui é se o meio pretendido (a criação de uma empresa júnior) é efetivo para resolver a problemática compartilhada por ambos os movimentos e, ainda que seja, se é compatível com o tipo de organização no qual se implantaria.

Empreendedorismo e empresariamento: dois pontos inconciliáveis com a universidade pública

Há duas problemáticas que tornam inconciliáveis a proposta de empresa júnior e a função das universidades públicas no Brasil. Compreendemos que estas questões não são periféricas, e sim primordiais às empresas juniores; que, caso se retire das empresas juniores tais características, desaparece sua própria essência constitutiva. Aqui, referimo-nos ao papel das empresas juniores no empresariamento da educação superior e no fomento à concepção de empreendedorismo.

A concepção de empreendedorismo precisa ser avaliada rigorosamente, especialmente por se tratar do eixo central e organizador das propostas de empresas juniores (Bicalho & Paula, 2012) e por constituir o principal elemento que as diferenciam de outros projetos de extensão universitária e dos Serviços Modelos Estudantis<sup>6</sup>.

Para Filion (1999), um dos autores mais referidos nos estudos da área:

*(...) o empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que obtiveram a inovação, continuará a desempenhar um*

6 Os Serviços Modelo Estudantis foram propostos pelo Movimento contra as empresas juniores no CFH como um meio de ensino que comportaria recursos e instrumentos político-pedagógicos condizentes com o papel social da universidade pública brasileira. Propõem colocar os estudantes em contato com situações próximas àquelas que vivenciarão como profissionais, sob orientação acadêmica e supervisão profissional, e dando como retorno benefícios para todo o curso. As lacunas sentidas por tais estudantes em seus projetos de extensão, devidamente documentados, orientariam as análises, as avaliações e a sistematização de propostas de mudanças no rol de disciplinas, ou ainda, na proposta curricular dos cursos de graduação – ao invés de beneficiar a formação apenas daqueles estudantes que se envolvem diretamente em seus projetos, como é o caso das empresas juniores.

5 Denominaram-se “movimentos” membros da comunidade acadêmica favoráveis e contrários à proposta de empresa júnior, no contexto de debates organizados entre 2011 e 2013 na Universidade Federal de Santa Catarina.

*papel empreendedor. Um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões.* (p. 19)

O discurso do empreendedorismo materializa-se na figura política de um trabalhador que é o único responsável pelo seu próprio sucesso. Figura típica de um momento econômico em que a sociedade de mercado não consegue oferecer sequer os patamares mínimos de emprego e renda para a maior parte da população (Seki, 2014). Assim, o empreendedorismo responsabiliza o trabalhador por sua própria empregabilidade: ele deve ser criativo, inovador e saber aproveitar oportunidades para adequar-se aos momentos econômicos adversos (Gentili, 2002). Em tal perspectiva teórica, a explicação sobre o sucesso ou o fracasso de um sujeito ignora fatores complexos como a situação econômica, a conjuntura política, as políticas públicas de seguridade social e de estímulo ao emprego, entre outros.

Na visão de mundo empreendedora, quando o trabalhador não consegue “conquistar” seu espaço entre o empresariado, entre os empregados ou ainda entre os que dispõem de alguma renda para a sua sobrevivência e a de sua família, então, como se deve considerar esse sujeito? Os enunciados do empreendedorismo imputam a esse sujeito, senão a noção de culpa, ao menos a de completa responsabilidade por sua própria condição. Pautado em uma noção de meritocracia exacerbada, o ideário do empreendedorismo oblitera as condições sociais e a complexidade das relações de produção da vida nas sociedades capitalistas dependentes, como o Brasil (Marini, 2012). Consideramos que o empreendedorismo, no que tange às problemáticas de formação e de emprego, retira o foco de análise das relações sociais de produção, deslocando-o para os sujeitos particularizados – que carregam sozinhos a glória de seu sucesso ou o enorme fardo de seu fracasso.

Nas universidades, tal processo se expressa muito claramente na ideologia segundo a qual aqueles estudantes que não desempenharem um papel alinhado ao que se compreende como os ditames do mercado de trabalho ficarão desempregados. Essa concepção ideológica desdobra-se em diferentes consequências societárias, com implicações severas no papel da instituição universidade.

Em primeiro lugar, temos uma via lógico-discursiva que torna aceitável e desejável a submissão das universidades – desde a construção do currículo de seus cursos até a formulação de suas propostas de extensão e dos objetos de pesquisa – às demandas do mercado de trabalho, como se fossem

necessariamente os sujeitos e a própria instituição pública que devem se adequar a ele e o contrário não fosse possível. Elimina-se do campo de atuação das universidades (e, por consequência, dos sujeitos que elas formam) a perspectiva de atuação efetivamente crítica<sup>7</sup> à organização econômica e social vigente.

Vemos frequentemente, na UFSC, relatos de estudantes que beiram *contos de fadas*, com base no ideário do capital humano, de que o mercado seleciona trabalhadores cada vez mais escolarizados – e com afinidades aos novos meios de comunicação digital, com anseio por formação continuada etc. – quando, na realidade, os próprios empregadores admitem que as atividades que serão realizadas em muitos cargos não demandam mais do que leitura, escrita, cálculo, noções de lógica formal<sup>8</sup>, e quando muito, noções básicas de informática (Seki, 2014).

É nesse sentido que somos críticos a essas formas discursivas obliteradoras da realidade, pois elas produzem repercussões na conformação dos sujeitos na vida escolar universitária. Estamos de acordo com Bicalho e Paula:

*Com a pretensão de se enquadrar ao padrão socialmente difundido, materializado nas cobranças empreendidas entre os empresários juniores para a sua conformação, os sujeitos aderem à ideologia da administração. Esta viabiliza o servilismo, porquanto os sujeitos visualizam a si mesmos como instrumentos da estrutura consolidada por seus antecessores, reproduzida e esmerada por eles. Tal sistema social (leia-se EJ) é entendido como propiciador de oportunidades para o amadurecimento tido como necessário ao exercício de sua carreira, por julgarem que ele garantirá a assimilação dos traços de excelência e profissionalismo requeridos em suas futuras relações empregatícias* (2012, p. 908).

7 Referimo-nos aqui à crítica científica de questões fundamentais da organização social, para além do mero reconhecimento de alguns de seus aspectos negativos e de propostas reformistas, visando melhorias pontuais nas relações de trabalho.

8 Em pesquisa realizada em nível de mestrado, SEKI (2014) analisa o que os empresários industriais (SESI, SENAI, CNI e IEL) demandaram das universidades brasileiras ao longo dos oito anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação às condições de emprego e renda no mesmo período. As conclusões da pesquisa apontam que as noções de capital humano e sociedade do conhecimento são recursos ideológicos que visam escapar à dimensão real da materialidade do mundo do trabalho, convencendo os trabalhadores de um projeto de consenso social que jamais seria possível, dada a incompatibilidade dos interesses dos industriais em relação às universidades e à formação dos trabalhadores em nível superior.

Evidentemente, trata-se não apenas de formar pragmaticamente a força de trabalho para ocupar tais posições, mas, acima de tudo, formar em nível superior sujeitos coadunados com um tipo de pensamento, com a incorporação de determinados valores compatíveis com o ideário do empresariado.

[...] acredita-se que as empresas juniores, através da reprodução dos discursos empresariais contemporâneos e também das violências ocorridas nesses contextos, preparam os estudantes para tal cenário. Contudo, é uma formação pelo negativo, pelo medo e pelo sofrimento, tendo o currículo diferenciado e a expectativa pela inserção no mercado como fatores que tornam tais práticas legitimadas e naturalizadas (Costa & Hashimoto, 2012, p.11).

Assim, em segundo lugar, ao incluir as empresas juniores em seu rol de instrumentos pedagógicos, a universidade se dispersa de seu importante papel de questionar crítica e duramente o mercado de trabalho: ele demanda muito pouco dos trabalhadores, pois o tipo de mercado capitalista-dependente brasileiro não é capaz de oferecer projetos de vida que realmente envolvam um engajamento criativo, espontâneo e autônomo por parte dos trabalhadores (Seki, 2014). Aliás, quase sempre esses trabalhadores são vistos como problema dentro de empresas altamente coercitivas. Parece-nos muito grave que a iniciativa privada exerça tal poder sobre uma instituição que sempre foi estratégica para todas as nações (Leher, 2004, Ribeiro, 1982) e busque, com adesão de uma parcela dos estudantes, conformar dentro dela verdadeiras trincheiras para a formação de consenso em torno de suas visões de mundo (Fontes, 2010).

Em terceiro lugar, o capitalismo é incapaz de criar condições de emprego e renda para todos os trabalhadores. A necessidade de criar um exército industrial de reserva, amplamente evidenciada por Marx n' *O Capital* (Marx, 2013), permanece como uma questão central para os detentores dos meios de emprego e renda. Uma vez que a redução do nível de desempregados gera necessariamente maior pressão sobre os salários daqueles que estão empregados, eles podem reivindicar melhorias nas condições de trabalho, redução das jornadas e elevações salariais (Fontes, 2010). Tanto a naturalização de processos violentos de expropriação das condições de vida em sociedade como a sua obliteração – por exemplo, ao responsabilizar o próprio sujeito pela impossibilidade de acessar o emprego ou a renda – constituem evidências da permanente violência simbólica sem a

qual a atual forma de organização social não pode se perpetuar.

A universidade deve pensar o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva crítica. Ou seja, ela deve ser capaz de pensar a técnica, a tecnologia e a preparação de seus quadros para atuarem na sociedade, mas deve fazê-lo pensando a cultura, a arte e a integração emancipada e integradora dos sujeitos que ela pretende formar.

E, sendo assim, enquanto persistirem nas propostas antinômicas aos Serviços Modelos Estudantis e à extensão universitária concepções como a forma empresarial e o empreendedorismo, não haverá como afirmar outra resposta que não àquela dada pela madura consciência da comunidade acadêmica no CFH, em 2013: não é possível consenso algum, mas continuaremos trabalhando para que a formação de todos os estudantes caminhe em direção àquela da escola unitária (Gramsci, 1949 apud Manacorda, 2010). Uma formação integral e integralizadora do sujeitos, que parta da realidade, mas o faça criticamente; que reforce o pensamento analítico e antipragmático; que forme profissionais capazes de ceder aos seus próprios interesses imediatos e particulares em favor do reconhecimento e perpetuação do papel social das instituições nas quais estão inseridos e dos interesses da coletividade, que, aliás, mantém, com seu próprio trabalho, as universidades públicas funcionando, ainda que delas uma minoria participe.

## REFERÊNCIAS

- Bicalho, R. A., & Paula, A. P. P. (2012). Empresa Júnior e a reprodução da ideologia da Administração. *Cadernos EBA-PE.BR*, 10(4), 894-910. Recuperado em 18 de agosto de 2014, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000400008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000400008&lng=pt&tlng=pt). 10.1590/S1679-39512012000400008.
- Botomé, S. P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? In Yamamoto, A. L. & Costa, F. (Orgs.). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-202), Natal, RN: EDUFRRN.
- Botomé, S. P., & Kubo, O. M. (2002). Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, 6(1), 81-110.
- Filion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, 34(2), 05-28.
- Fontes, V. (2010). *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, RJ: EPJVI/Fiocruz.

- Gentili, P. (2002). Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: Lombardi, J. C., Saviani, D., Sanfelice, J. L. (Orgs.). *Capitalismo, trabalho e educação* (pp. 45-60). Campinas, SP: Autores Associados.
- Leher, R. (2004). To silence the campi. *Educação & Sociedade*, 25(88), 867-891.
- Manacorda, M. A. (2010). *Marx e a pedagogia moderna*. Campinas, SP: Alínea.
- Marini, R. M. (2012). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis, SC: Insular.
- Marx, K. (2013). *O Capital*. São Paulo: Boitempo.
- Pinto, A. V. (1986) *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez.
- Ribeiro, D. (1982) *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Seki, A. K. (2011). *Parecer de vistas do processo n. 23080.0115001/2011-72*. Recuperado de: <http://tinyurl.com/plc3lvp>
- Seki, A. K. (2014). *O capital e as universidades federais no Governo Lula: o que querem os industriais?* (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 120 fls.
- Simão, C. R. P., Seki, A. K. (2013). *Um balanço crítico do processo de debates sobre Empresas Juniores no CFH*. Recuperado de: <http://tinyurl.com/n9k9bq8>
- Universidade Federal de Santa Catarina (2013). *Assembleia rejeita criação de empresas juniores no CFH*. Recuperado de: <http://noticias.ufsc.br/2013/11/assembleia-rejeita-criacao-de-empresas-juniores-no-cfh/>
- Yamamoto, A. L., & Costa, F. (Orgs.) (2010). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil* (pp. 169-202), Natal, RN: EDUFRN.